
Ensino de história: memória e oralidade na aldeia Kaingang do Morro do Osso

*Teaching history: memory and oral tradition in the
Kaingang indian village in Morro do Osso*

Juliana Schneider Medeiros*

Resumo: Este trabalho pretende apresentar algumas considerações sobre o ensino de história nas escolas indígenas – uma realidade nova para muitas aldeias. Nas últimas décadas, através de movimentos de afirmação étnica, passou a haver uma demanda por uma escola dos indígenas, buscando amparar a escola imposta de fora. Amparada em leis que constituem um modelo diferenciado e específico de educação escolar, os grupos indígenas assumiram a tarefa de elaborar propostas pedagógicas próprias, a partir de suas cosmologias e de seu modo de vida. É no sentido de tentar compreender de que forma estão sendo construídas essas novas propostas de ensino diferenciadas que se assenta este estudo. Ele tem origem em projeto de pesquisa intitulado “Memória, tradição e saberes ancestrais nas práticas escolares das aldeias Kaingang e Guarani”, desenvolvido na Faculdade de Educação

Abstract: This paper brings some considerations on the teaching of History in Kaingang Indian villages – a novel fact for many villages. In the last decades, ethnical affirmation movements have dictated the need for schools for native Indians, as an alternative to the school imposed from outside the group. With the support of educational laws, Indian groups have taken the responsibility of preparing pedagogical proposals stemming from their cosmology and way of life. This study investigates how these new proposals are elaborated. It is developed within the research project called “Memory, tradition and ancestral knowledge in school practice in Kaingang and Guarany villages”, coordinated by professor Maria Aparecida Bergamaschi at the College of Education at UFRGS. The project aims at a better understanding of cultural strategies used

* Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Bacharel em História pela mesma universidade.

da UFRGS e coordenado pela Professora Maria Aparecida Bergamaschi, que tem por objetivos: aprofundar a compreensão acerca das estratégias culturais utilizadas nas aldeias para se apropriarem da escola, tentando compreender também como a memória, a tradição e os saberes ancestrais constituem elementos para que a escola se transforme em aliada – ou não – da aldeia.

Palavras-chave: Ensino de história. Escolas indígenas. Kaingang. Guarani.

in the Indian villages in their relationship with school, as well as at analyzing the ways how memory, oral tradition and ancient knowledge are elements that will make – or not – school an ally of the village.

Keywords: Teaching history. Indian schools. Kaingang and Guarany indians.

Conforme Bergamaschi¹ aponta em seu trabalho, o número de escolas em terras indígenas vem aumentando e é necessário explicitar esse crescimento e retirá-lo da invisibilidade que ainda possui no sistema de educação escolar brasileiro. Dados do Censo Escolar/2005, registraram 2.234 escolas, 164 mil estudantes, 9.100 professores, sendo 88% deles indígenas.

No modo de vida tradicional das populações indígenas, não existe a instituição escolar – elas mantêm um sistema educacional próprio que permeia toda a vida cotidiana. No entanto, em função de um processo de aproximação com a sociedade branca, a escola vem sendo requisitada pelos grupos indígenas.

A escola, então, passou a ser vista como

uma estratégia de afirmação étnica e de contato com os conhecimentos e saberes do mundo não-indígena: uma “ferramenta de luta”, como costumam dizer as lideranças políticas indígenas, pois possibilita o acesso a conhecimentos que tornam a sociedade não-indígena mais compreensível, possibilitando também um relacionamento mais equilibrado.²

Entretanto, a introdução da instituição escolar não ocorre sem conflitos – existe uma ambiguidade na visão que os indígenas têm da escola: um “querer” e um “não querer” a sua presença na aldeia. Veem-na como uma necessidade para a afirmação de sua cultura, na medida em que é preciso saber se relacionar com a sociedade envolvente, que se

coloca hoje como grupo dominante, mas, ao mesmo tempo, como sendo uma ameaça ao seu modo de vida tradicional, uma invasão dentro de sua própria terra.

Apesar de certa resistência à instituição escolar, ela está sendo incorporada aos poucos e, como dito anteriormente, de maneira diferenciada. Suas principais características de distinção são o ensino da língua materna de cada etnia, o que as torna bilíngues, e a presença majoritária de professores indígenas da própria comunidade. Além disso, as escolas indígenas vêm construindo práticas escolares próprias, relacionadas à sua cosmologia. Como demonstram pesquisas atuais sobre o tema, existe um processo de apropriação da escola em que é possível incorporar aspectos da cultura “branca” sem perder os elementos constitutivos de sua cultura. Segundo Bergamaschi, “não obstante um aparato da cultura ocidental moderna, o que e como se ensina na escola indígena é ressignificado e recriado, constituindo faces próprias para essa instituição que se instala na aldeia”.³

Essa solicitação por educação escolar tem como objetivo principal aprender a ler e a escrever em português, porém ela inclui, além das práticas curriculares que conformam tempos, espaços e relacionamentos específicos da cultura escolar, as várias disciplinas, dentre elas, a História. Segundo Bittencourt, o ensino de história também tende a fazer parte da esfera de conflitos que implica a instituição escolar. Mas por que ela afirma isso? Ao que visa o ensino de história? Por que se ensina história?

De acordo com Seffner, ensina-se história para

possibilitar que o aluno se interrogue sobre sua própria historicidade, inserida aí sua estrutura familiar, a sociedade à qual pertence, o país, ou seja, fazer o aluno preocupar-se com a construção de sua identidade social, e as relações que o prendem aos outros, os discursos onde está inserido, etc.; fazer com que o aluno se capacite para realizar uma reflexão de natureza histórica acerca do mundo que o rodeia, efetuando uma “leitura histórica do mundo”; auxiliar na construção de um raciocínio de natureza crítica e mobilizadora, que aponte para o futuro, pressuposto fundamental para a vida do homem em sociedade.⁴

Das razões apontadas por Seffner, a que mais interessa neste trabalho é a que relaciona o ensino de história à construção de uma identidade social, à qual eu acrescentaria *nacional e cultural*. *Nacional* porque se sabe que a história sempre teve um papel importante nos

projetos de formação do Estado-Nação e de uma identidade nacional que o sustentasse; e *cultural* porque no Brasil há uma grande diversidade étnica e cultural, e que cada vez mais vem sendo discutida – interessando especificamente à temática do presente estudo. Outro ponto tratado por Seffner também é de grande importância para este trabalho, porque, bem como afirma Bittencourt, o estudo de história pelos povos indígenas pode “contribuir para a ampliação de seu universo cultural e político, servindo como aquisição importante em suas novas formas de lutas de resistência”.⁵

A questão do ensino de história em si merece ser destacada, pois ele vem enfrentando desafios, tanto no que toca ao conteúdo como aos métodos de aprendizagem. Nas últimas décadas, os paradigmas do conhecimento histórico sofreram uma redefinição: temas da história tradicional, baseados em concepções positivistas, perderam espaço. Além das mudanças na historiografia, o ensino de história vive um momento em que tem de se adaptar às novas circunstâncias da educação escolar, como a expansão da escola a um público culturalmente diversificado.⁶

As noções de identidade e diferença são de extrema importância para o presente estudo, pois, como mencionei acima, um dos objetivos primordiais do ensino de história é dar oportunidade para a criação de uma identidade social, e, no caso estudado, cultural. Na construção da identidade dos grupos indígenas, especificamente três pontos estão relacionados: a história do próprio grupo indígena, a história das sociedades indígenas no Brasil e na América, e a história das sociedades não indígenas.

Corroborando essa ideia, Bittencourt aponta, em seu texto, a duas questões relacionadas à problematização da identidade dos grupos indígenas:

Um deles é a história do próprio grupo e de como ocorreram, ou tem ocorrido transformações em seu processo histórico a partir do contato com a sociedade dos brancos. Outro, não menos importante, refere-se às formas de identidade entre os diversos grupos indígenas, na construção de uma identidade indígena em contraponto aos brancos.⁷

No que toca à questão da identidade indígena, é importante ressaltar que os povos americanos vivem um ponto de emergência na consciência étnica: em que se diferenciam uns dos outros, porém reconhecem sua ancestralidade em comum. A partir dessa

conscientização, estão fazendo uso disso para lutas políticas e para reafirmar um pensamento próprio de Brasil ou de América.

Em escolas que já foram acompanhadas até o momento em outras pesquisas de Bergamaschi, há pouca referência de como ocorre aí o ensino de história. No entanto, indícios apontam que a transmissão da história do próprio grupo ocorre majoritariamente fora da escola, nas práticas culturais que envolvem toda a comunidade (narrativas tradicionais, mitos, rituais, canto-dança-reza), principalmente, através da oralidade. Cabe aos membros mais idosos, não frequentadores da escola, fazer a transmissão das memórias ao grupo.

Nesse sentido, torna-se necessário diferenciar memória de história. *Memória* é lembrança, reminiscência, tempo passado, tradição, esquecimento. Em sociedades orais, a memória é evocada e recriada permanentemente, a partir do presente através da oralidade. É no presente, nas palavras de quem transmite a memória – em geral a pessoa mais velha da comunidade a quem poderíamos chamar “guardião da memória” – que alguns pontos são apagados, e outros, repassados. Em sociedades letradas, a memória é registrada e, através da escrita armazenada – em arquivos, bibliotecas, museus – atravessa o tempo e o espaço.

Pode-se dizer que a *história* é filha da memória, ou seja, que a história tem raízes na memória. No entanto, ela é registro, é escrita. Ela busca uma verdade científica dos fatos do passado. Enquanto a memória engloba a subjetividade de quem a conta e a participação de quem a ouve, a história pretende-se objetiva, isenta de emoções da parte de quem a escreve. Nesse sentido, a memória tem mais liberdade: ela seleciona a partir dos anseios individuais e coletivos do presente, os fatos que devem e podem ser lembrados ou esquecidos. Sabe-se que, tradicionalmente, a história teve a intenção de registrar a verdade de todos os acontecimentos, mas hoje, os historiadores sabem que é impossível essa tarefa e admitem haver várias verdades acerca de um mesmo acontecimento – o que, nesse ponto, a aproxima da memória. Quanto à função, pode-se dizer que ambas possuem a mesma: buscam construir uma identidade, seja ela social, seja nacional seja cultural – do grupo ou do indivíduo.

Nas comunidades indígenas, memória e história se confundem, pois a história, principalmente quando se refere à história local, é transmitida oralmente a partir da memória dos velhos, que possuem a sabedoria. Através de uma busca no passado e na tradição, eles tentam evocar um sentimento de identificação do grupo com a aldeia ou etnia.

Muitas vezes essa necessidade de identificação é, no fundo, um recurso de resistência à cultura ocidental. Segundo Bergamaschi,

nas situações em que aparece uma maior fragilidade para viver de acordo com a cosmologia indígena, especialmente porque a intensificação do contato coloca o 'mundo dos brancos' muito próximo, a ancestralidade é invocada para afirmar permanências.⁸

Nesses grupos mais integrados à sociedade dos brancos, cuja identidade está mais ameaçada, pode-se pensar que, ao se recuperar a memória histórica, parcialmente esquecida ou omitida, o saber histórico pode desempenhar um outro papel na vida da comunidade. Pode contribuir no sentido de valorizar um passado que tem sido desprezado tanto localmente quanto pela própria historiografia oficial, omissa quanto ao papel desempenhado pelos grupos indígenas na história da formação brasileira.

No recorte do projeto mais amplo de Bergamaschi, ao qual me inscrevo, iniciado em março de 2009, pretendo investigar de que forma acontece o ensino de história em uma aldeia Kaingang – na escola e fora dela – sua relação com a memória e sua transmissão oral. Utilizando-me de alguns pontos que Bittencourt acredita serem necessários para se pensar o ensino de história para populações indígenas, proponho-me a investigar como se dá e a quem cabe ensinar: 1) a história local; 2) a história dos outros povos indígenas; e 3) a dos não indígenas. Em um importante artigo, ela afirma que

pensar a construção de conteúdos para a história envolve três aspectos. Existe a necessidade de se refletir sobre a história local ou do grupo, sobre a história do conjunto dos grupos indígenas e sobre a história dos brancos, que deve abranger, por seu lado, a história dos contatos e relações entre índios e brancos e a história ocidental cristã.⁹

Uma passagem do meu diário de campo demonstra como essa questão da consciência das identidades étnicas dos grupos indígenas brasileiros merece investigação.

A professora Cida perguntou à turma o que estavam aprendendo naquele dia e um dos alunos respondeu "estamos aprendendo índio". E perguntou de novo "E vocês conhecem outro índio?" e eles responderam que não. Isso me chamou a atenção, pois será que as crianças não sabem identificar-se como kaingang e não sabem que existem outras centenas de etnias indígenas no Brasil? Não aprenderão sobre elas na escola?

Minha pesquisa está sendo realizada na aldeia Kaingang do Morro do Osso, na escola indígena Topê Pãn. A escola foi criada e regularizada pela Secretaria de Estado da Educação (Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Topê Pãn), porém ainda não foi autorizada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), ou seja, por não possuir um centro de custos que lhe permite autonomia, por não contar ainda com cozinha, banheiro e biblioteca – equipamentos que, segundo lideranças, serão construídos após a regularização da terra. Por enquanto, ela se mantém vinculada a uma escola estadual não indígena, responsável pelo fornecimento do material escolar e da merenda.

A escola na aldeia apresenta algumas características que a tornam diferenciada. Ela é multisseriada, ou seja, não é dividida em séries, pois crianças de diferentes idades e níveis de conhecimento têm aula juntas. Ela é bilíngue – ensina-se Kaingang e Português simultaneamente. O ensino do idioma kaingang, associado ao estudo de aspectos da cultura indígena, faz da escola um importante instrumento de afirmação étnica. Pela manhã, as aulas são destinadas a um público que pertenceria às 3^{as} e 4^{as} séries do ensino regular, e os alunos têm aula de Matemática, Kaingang, Português, Estudos Sociais e Religião (uma matéria para cada dia da semana), e à tarde, as crianças que estariam nas 1^{as} e 2^{as} séries regulares, tendo aulas de Kaingang e Português alternadamente. A escola adapta seu calendário a festas e rituais pertencentes à cosmologia kaingang. Não há a obrigatoriedade de frequência escolar, e a decisão das famílias em colocar seus filhos na escola depende muito do funcionamento dessa escola e das relações sociais e políticas de cada família na aldeia.

O professor da escola é responsável pelas aulas nos turnos manhã e tarde. Ele é contratado pelo Estado desde 2005, nasceu na Terra Indígena Votouro, onde completou o Ensino Fundamental e onde seu pai também é professor bilíngue. Cursou o Ensino Médio fora da aldeia e, por solicitação/indicação do cacique, foi para o Morro do Osso. Aprendeu a lecionar com um professor mais velho, já formado no “Magistério Indígena Kaingang”. (SEC, Funai, Unijuí).¹⁰ A partir de observações já feitas nessa escola, em trabalhos anteriores, percebeu-se que nessa comunidade que vive no limite da urbanização ocidental, a escola auxilia a manter a fronteira étnico-cultural, ou seja, prepara os alunos para participar da vida fora da aldeia sem que eles deixem de ser índios, reafirmando sua identidade cultural.¹¹

A metodologia que está sendo utilizada para realizar a atual pesquisa dá continuidade aos trabalhos feitos e orientados por Bergamaschi, pautados na perspectiva etnográfica, em que o pesquisador procura acompanhar como acontece o ensino de história na escola e na aldeia como um todo, aproximando-se da comunidade indígena e, ao mesmo tempo, distanciando-se dela para descrever o que observa a partir de um estranhamento. Para tanto, faz-se necessária uma convivência mais aproximada com as aldeias em saídas de campo, que até o presente momento foram quinzenais. Principalmente, por meio de registros no diário de campo, busca-se elaborar um contorno antropológico que permita compreender como se dá o ensino de história e qual é a sua relação com a memória e a oralidade. Além disso, estão previstas entrevistas com lideranças da aldeia, professor e alunos. Um aprofundamento da literatura a respeito do tema também está sendo uma prioridade.

Até o momento, já é possível inferir algumas ideias sobre como ocorre o ensino de história local. Nas aulas de Kaingang que observei, é sempre dado um texto no quadro para que os alunos trabalhem o idioma.¹² Esses textos são sempre uma historinha carregada de memória, de saberes da tradição. Começam com a palavra “Antigamente”, não fazendo referência à data de quando ocorreu o fato narrado. Quando perguntei ao professor de onde vinham essas histórias, ele revelou que os velhos da aldeia lhe contavam. Aqui fica evidente o papel que os mais velhos têm na transmissão da memória e sua superioridade em relação aos professores. Fica claro, também, que aspectos da cultura kaingang são ensinados com base na memória, que prioriza a lembrança dos mais velhos e as narrativas orais registradas pelo professor a partir da escrita de pequenos textos.

Em palestra realizada por importante liderança do Morro do Osso, falando da presença histórica dos kaingang em Porto Alegre,¹³ fica clara a mescla que se dá entre memória e história. Francisco faz referência a datas históricas e às histórias de seus antepassados escutadas por ele indistintamente.

Na história muitos estudiosos, professores dizem que Porto Alegre é território guarani e não kaingang, mas isso aí nós temos história pra contar que vem de nossos antepassados que passavam as histórias adiante, meu avô-bisavô-filho-neto contam as histórias. [...] Na época em que os brancos começaram a tomar conta, porque o Brasil era todo meu, o

Brasil era todo dos índios, daí começou a chegar a imigração, vieram os espanhol, vieram de vários lugares e foram diminuindo os índios. Até hoje eu assisti no jornal. Hoje, lá na Amazônia, encontraram uns índios que nunca enxergaram branco, só que esses índios vão escapando, que estão lá na Amazônia, estão destruindo o mato, a madeira e com isso os índios vão indo para o fundo do mato, assim éramos nós, assim aconteceu desde o descobrimento do Brasil [...], antes de Porto Alegre. Eu tenho aqui uma historinha que a agente fez: 9000 anos antes de Cristo os caçadores-coletores ligados à tribo umbu já conviviam aqui em Porto Alegre. Antes de Cristo os índios já conviviam aqui, mais ou menos trezentos anos atrás começaram a chegar mais índios de outras tribos [...]. Em 1740 começaram a chegar os guarani, até foram apelidados de pato, porque saíram de canoas, de caiaques do Paraguai, mas antes disso já existiam índios aqui, os guarani vieram depois dos umbu, depois dos kaingang, depois dos charrua, eles vieram depois, são recentes os guarani em Porto Alegre e, antes disso, nós já convivíamos aqui. Antes disso já tinha índio aqui em Porto Alegre.¹⁴

Na fala de Francisco, é fácil perceber que as lideranças políticas têm consciência de pertencer a uma entidade mais ampla que seu próprio grupo e da necessidade política dessa identificação étnica que pode ter grande alcance nas lutas por seus direitos. No entanto, como afirma Bittencourt, esse pertencimento é percebido com certa dificuldade pelo conjunto das populações nativas portadoras de línguas próprias, com prováveis disputas e guerras em seu passado e que têm, na realidade, poucas informações sobre os demais grupos nativos – como também apareceu em passagem registrada no diário de campo, citada acima. A identidade étnica, que é o componente agregador da especificidade do índio, parece ser mais apreendida no contato com os brancos e não tanto em relações interétnicas entre os diferentes grupos indígenas – talvez, aqui, entre o papel do ensino de história escolar que tem começado a adentrar as aldeias.

É justamente esse o ponto que pretendo aprofundar em minha pesquisa: como o ensino de história (tanto local, como dos demais grupos indígenas e também dos não indígenas) contribui para a construção de uma identidade social e cultural e, juntamente a isso, para a formação de uma consciência crítica que instrumentalize as lutas de resistência e a transformação de sua realidade.

Notas

¹ BERGAMASCHI, Maria Aparecida. *Memória, tradição e saberes ancestrais nas práticas escolares das aldeias Kaingang e Guarani*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 2. Projeto de Pesquisa.

² Idem, p. 3.

³ BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MENEZES, Ana Luisa Teixeira de. *Peabiru: história, memória, tradição e cultura contemporânea nas aldeias Guarani*. Porto Alegre: UFRGS; Unisc, 2009. p. 6. Projeto de Pesquisa.

⁴ SEFFNER, Fernando. Teoria, metodologia e ensino de história. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000. p. 268.

⁵ BITTENCOURT, op. cit., p. 106.

⁶ Idem.

⁷ Ibidem, p. 112.

⁸ BERGAMASCHI, Maria Aparecida. *Memória, tradição e saberes ancestrais nas práticas escolares das aldeias Kaingang e Guarani*. UFRGS, 2008. p. 6. Projeto de Pesquisa.

⁹ BITTENCOURT, op. cit., p. 111.

¹⁰ BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DIAS, Fabiele Pacheco. *Educação escolar indígena: práticas escolares nas aldeias e cosmologias Guarani e Kaingang*. Porto Alegre: UFRGS/Faced, 2008. Relatório de Pesquisa.

¹¹ Idem.

¹² A escola vem desempenhando um papel muito importante na recuperação da Língua *Kaingang* visto que muitas crianças acabaram abandonando o idioma devido à convivência com a cidade e a frequência em escolas não indígenas.

¹³ Palestra ministrada por Francisco Ró Kag dos Santos na Faculdade de Educação da UFRGS, no dia 30 de maio de 2008.

¹⁴ Francisco Ró Kag dos Santos, liderança indígena do Morro do Osso.

Referências

- BERGAMASCHI, Maria Aparecida. *Memória, tradição e saberes ancestrais nas práticas escolares das aldeias Kaingang e Guarani*. Porto Alegre, UFRGS, 2008. p. 6. Projeto de Pesquisa.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MENEZES, Ana Luisa Teixeira de. *Peabiru: história, memória, tradição e cultura contemporânea nas aldeias Guarani*. Porto Alegre: UFRGS; Unisc, 2009. p. 6. Projeto de Pesquisa.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DIAS, Fabiele Pacheco. *Educação escolar indígena: práticas escolares nas aldeias e cosmologias Guarani e Kaingang*. Porto Alegre: UFRGS; Faced, 2008. Relatório de Pesquisa.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. O ensino de história para populações indígenas. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, jul./set. 1994.
- SEFFNER, Fernando. Teoria, metodologia e ensino de história. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2000. p. 257-288.
- FRANCO, Alexia Pádua; VENERA, Raquel Alvarenga Pena. A memória e o ensino de história hoje: um desafio nos deslizamentos de sentidos. In: ZAMBONI, Ernesta. *Digressões sobre o ensino de história*. Itajaí: Maria do Cais, 2007.

Recebido em 8 de abril de 2009 e aprovado em 22 de junho de 2009.